

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

A educação enquanto fenômeno social:

Aspectos pedagógicos
e socioculturais

2



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

A educação enquanto fenômeno social:

Aspectos pedagógicos
e socioculturais

2

 **Atena**
Editora
Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social: aspectos pedagógicos e socioculturais 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: aspectos pedagógicos e socioculturais 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0091-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.912221205>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência e buscando superar problemas estruturais, como a desigualdade social por exemplo. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores/as pesquisadores/as.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado “**A Educação enquanto fenômeno social: Aspectos pedagógicos e socioculturais**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os inúmeros capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrossa.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e superação das desigualdades sociais.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O CONCEITO E SUA APLICAÇÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Nicoli Cavriani Doganelli

Diólia de Carvalho Graziano


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9122212051>

CAPÍTULO 2..... 10

PRÁTICAS LÚDICAS, INCLUSÃO E ADEQUAÇÃO CURRICULAR NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Moira da Silva Quadros Darian

Genigleide Santos dos Hora

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9122212052>


CAPÍTULO 3..... 15

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E ENVOLVIMENTO PARENTAL: PERCEPÇÃO E PRÁTICA DE PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maraysa Paulino Figueiredo Fonseca

Paula Azevedo de Ávila

Renata Christian de Oliveira Pamplin


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9122212053>

CAPÍTULO 4..... 28

HOMESCHOOLING NO BRASIL: ENTRE A INTENSIFICAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E A NEGAÇÃO DO SERVIÇO/ENSINO PÚBLICO

Christianne Grazielle Rosa de Alcântara Belfort

Lucia Cristina dos Santos Rosa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9122212054>

CAPÍTULO 5..... 39

EXPERIMENTOS VIRTUAIS SIMULADOS PARA O ENSINO DE FÍSICA

Luciano Soares Pedroso

Giovanni Armando da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9122212055>


CAPÍTULO 6..... 50







O PAPEL DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL


Djane Alves Victor

Alexsandra Felipe de Andrade

Maria Aldene da Silva Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9122212056>

CAPÍTULO 7	62
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: VISÕES DE PROFESSORES DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Adriana Torquato Resende	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9122212057	
CAPÍTULO 8	72
TUTORIA PERSONALIZADA POR MEIO DE VÍDEO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
Alessandra de Paula	
Ricardo Alexandre Deckmann Zanardini	
Ivonete Ferreira Haiduke	
Roberto Candido Pansonato	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9122212058	
CAPÍTULO 9	77
TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICS) NA EDUCAÇÃO: OS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS ELETRÔNICOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A INOVAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO	
Patricia Baldow Guimarães	
Flávio Leal	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9122212059	
CAPÍTULO 10	87
LA INTENCIÓN EMPRENDEDORA Y LA FELICIDAD COMO FACTORES DETONANTES DE ÉXITO: CASO NIÑAS EMPRENDEDORAS	
Martha Silvia Torres Hidalgo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120510	
CAPÍTULO 11	98
A IMPORTANCIA DO BRINCAR NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM (LUDOTERAPIA)	
Maria Gislaine Santana	
Maria Judilândia de Santana Ricaldes	
Renata Caroline dos Santos Lopes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120511	
CAPÍTULO 12	108
A INFÂNCIA DE ERICO VERÍSSIMO: O PRAZER DA LEITURA	
Michele Ribeiro de Carvalho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120512	
CAPÍTULO 13	119
USO DE PLANILHAS ELETRÔNICAS COMO FERRAMENTA PARA REDUÇÃO DA DISTÂNCIA TRANSACIONAL: PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DA DISCIPLINA DE ESTATÍSTICA	
Lourdes Souza Utrilla da Silva	
Augusto Takerissa Nishimura	


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120513>

CAPÍTULO 14..... 128

A PROMOÇÃO DA CULTURA DA LEITURA NOS ALUNOS DO ENSINO PRIMÁRIO: O CASO DO PROGRAMA RODAS DE LEITURA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DA CIDADE DE MAPUTO

Aníbal João Mangué

Felipe André Angst

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120514>

CAPÍTULO 15..... 138

REFLEXIONES Y RELEVANCIA DEL APRENDIZAJE SIGNIFICATIVO

Mafaldo Maza Dueñas


Vanessa García González

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120515>

CAPÍTULO 16..... 152

O ENSINO DE CIÊNCIAS E AS CONTRIBUIÇÕES DA ABORDAGEM HISTÓRICO CRÍTICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR SOB A PERSPECTIVA DA DISCIPLINA FÍSICA

Sandro Augusto Oliveira de Sá

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120516>

CAPÍTULO 17..... 165

ATUAÇÃO INOVADORA DO GESTOR E APOIO AO COORDENADOR DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL EM PROJETOS TECNOLÓGICOS

Idamara Rodrigues de Quadros Vidal


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120517>

CAPÍTULO 18..... 170

A GESTÃO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DA PRÁXIS EDUCATIVA

Lidnei Ventura

Nataliê Andiará Be Cardoso


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120518>

CAPÍTULO 19..... 180

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Teresinha Gomes Fraga

Leonia Capaverde Bulla

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120519>

CAPÍTULO 20..... 188

COMO OS JOVENS DA GERAÇÃO Z APRENDEM

Tháís de Almeida Giuliani

Paulo Rurato

Ana Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.91222120520>

SOBRE O ORGANIZADOR.....	202
ÍNDICE REMISSIVO.....	203

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Data de aceite: 02/05/2022

Data de submissão: 18/04/2022

Teresinha Gomes Fraga

UFRGS – Porto Alegre

<http://lattes.cnpq.br/4907131545359291>

Leonia Capaverde Bulla

UFRGS – Porto Alegre

<https://orcid.org/0000-0002-7517-3008>

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre as contribuições dos Assistentes Sociais na política de Educação Infantil, que contemplou uma revisão sistemática de literatura e teve como critérios buscar artigos que abordassem o tema publicado entre 2001 e 2020. Conclui-se que os Assistentes Sociais contribuem para a garantia de direito de cidadania à criança, na defesa do acesso e permanência na escola pública de qualidade, assegurada pelas políticas sociais do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Educação Infantil. Contribuições. Direitos. Políticas Sociais.

SOCIAL SERVICE AND EARLY CHILDHOOD EDUCATION: CONTRIBUTIONS OF SOCIAL WORKERS

ABSTRACT: This article presents the results of a survey on the contributions of Social Workers in Early Childhood Education policy, which included a systematic literature review, whose criteria were to seek articles that addressed the

topic, published between 2001 and 2020. Social Workers contribute to guaranteeing the child's right to citizenship, defending access to and permanence in quality public schools, guaranteed by the State's social policies.

KEYWORDS: Social Work. Early Childhood Education. Contributions. Rights. Social politics.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo teve como objetivo investigar as contribuições do Assistente Social na efetivação do direito da criança e sua família na política de Educação Infantil, como forma de contribuir para um trabalho interdisciplinar nas instituições de ensino. Considera-se que o direito à Educação Infantil pública, gratuita, laica e de qualidade, embora esteja garantido por Lei, não tem se efetivado, na prática, pois grande parte da população alvo não tem tido acesso às vagas. Considerando o Serviço Social uma profissão regulamentada por Lei e regida por um Código de Ética Profissional, que apresenta entre seus princípios fundamentais a luta intransigente pelos direitos sociais e a ampliação da cidadania (CFESS, 1993), justifica-se a relevância deste estudo. Este trabalho tem como eixo norteador o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social e foi orientado pelo Método Dialético Crítico (MARX, 2013). A coleta de dados desta pesquisa de natureza qualitativa foi realizada através dos tipos de pesquisa bibliográfica e documental. A Pesquisa Bibliográfica

contemplou uma Revisão Sistemática de Literatura, que teve como critérios buscar artigos que abordassem o tema do estudo, Serviço Social e Educação Infantil, publicados entre 2001-2020, em revistas como: Serviço Social & Sociedade, Textos e Contextos, em anais de eventos como: ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social), no CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), no Google Acadêmico e no SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*). Da mesma forma, foi consultado o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A pesquisa documental focou na busca por Leis e Resoluções Normativas referentes ao Serviço Social e à Educação Infantil. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo fundamentada em Bardin (1979).

Este artigo se divide em quatro partes, em que se apresentam essa breve introdução e os seguintes temas: A política de Educação Infantil, Serviço Social e o trabalho profissional e as contribuições dos Assistentes Sociais na política de Educação Infantil. Por fim, expõem-se as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 | A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Historicamente, a educação infantil no Brasil, se apresenta de forma discriminatória e focalizada, destinada aos pobres, filhos de operários. Estudos mostram que foi por conta dos movimentos sociais, da classe trabalhadora e dos movimentos feministas que se deram as reivindicações aos poderes públicos por direitos sociais e de cidadania à criança, fortalecendo e resignificando a creche enquanto instituição de cuidado e educação. Segundo Merisse (1997):

O Movimento de luta por creches, sob a influência do feminismo, apresentava suas reivindicações aos poderes públicos no contexto por direitos sociais e da cidadania, modificando e acrescentando significados à creche enquanto instituição. Esta começa a aparecer como um equipamento especializado para atender e educar a criança pequena, que deveria ser compreendido não mais como um mal necessário, mas como alternativa que poderia ser organizada de forma a ser apropriada e saudável para a criança, desejável à mulher e a família (MERISSE, 1997, p. 49).

Foi nesse contexto de luta e reivindicações dos movimentos sociais e da classe trabalhadora por direitos de cidadania, que a Educação Infantil, passou a ser considerado um direito social na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), em que se reconhece a criança como cidadã sujeito de direitos e determina a oferta de Educação Infantil em creche e pré-escola às crianças de até cinco anos de idade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 (BRASIL, 1990), Estabelece que a criança e o adolescente tenham direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes igualdade de condições para o acesso

e permanência na escola, além de acesso à escola pública, gratuita e próxima de sua residência. (BRASIL, 1990).

A educação, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, (BRASIL, 1996) divide-se em dois níveis: a educação básica e o ensino superior. A educação básica compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A educação superior remete para o grupo de órgãos que fazem a gestão do ensino público e a fiscalização do ensino particular. Essa Lei determina que a Educação Infantil passe a ser considerada a primeira etapa da educação básica. (BRASIL, 1996).

Apesar do direito a Educação Infantil constar em toda essa legislação, demorou a sua regulamentação no Sistema Nacional de Ensino. Observa-se que no mesmo ano da aprovação da LDBEN/96, ocorreu a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), destinando recursos para a oferta do ensino fundamental, através da Lei 9424/96 (BRASIL, 1996). O atendimento em creches e pré-escolas às crianças de até cinco anos de idade, caracterizando Educação Infantil, foi incluída no fundo de manutenção com a Emenda Constitucional nº53/2006 (BRASIL, 2006), a qual constitui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) aprovada na Lei 11.494/07 (BRASIL, 2007), ou seja, dez anos depois.

Posteriormente foi instituída a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de Nov. de 2009 (BRASIL, 2009) a qual, determina a obrigatoriedade da Educação Infantil para crianças de 4 e 5 anos de idade e prevê a universalização da oferta até 2016 e a Resolução nº 5, de 17 de Dezembro de 2009 (BRASIL, 2009) estabelecendo as Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Infantil (DCNEI), as quais devem ser observadas na organização da proposta pedagógica para essa etapa educacional. Estas Diretrizes estão articuladas às Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Básica (DCNEB), reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CONAE) para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares, buscando articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2009). Determina ainda que a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, seja oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como:

Espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, 2009).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional recebeu alterações em 2013 através da Lei nº 12.796 (BRASIL, 2013) a qual passa a garantir a Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio. No Artigo 5º determina que:

O acesso à educação básica obrigatória passa a ser direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo e, se comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade (BRASIL, 2013).

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2104) aprova o Plano Nacional de Educação (PNE-2014-2024) e dá outras providências. Esse PNE apresenta quatro grupos de metas. A meta I do PNE estabelece como estratégia (1.2):

Garantir que, ao final da vigência deste PNE, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo (BRASIL, 2014).

Essa é uma importante estratégia que tem como finalidade a redução da desigualdade educacional entre as crianças de famílias com renda mais alta e as de renda mais baixa. Assim, observa-se que muitos são os avanços na conquista do direito a Educação Infantil no Brasil, mas muitos, também, são os desafios para a sua efetivação no contexto da prática.

3 I SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO PROFISSIONAL

O Serviço Social, segundo Iamamoto (2018, p.217) é uma “especialização” do trabalho da sociedade, inscrita na “divisão social e técnica do trabalho social” com “capacitação” teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. O Serviço Social está inserido no processo de produção e reprodução das relações sociais, numa perspectiva de totalidade histórica.

Os Assistentes Sociais têm nas múltiplas expressões da questão social, tais como vividas pelos indivíduos sociais, “matéria” sobre a qual, incide o trabalho profissional (IAMAMOTO, 2018, p.217-219), essa autora considera as expressões da questão social como o objeto de intervenção dos Assistentes Sociais na implementação das políticas sociais.

Bulla (2003) situa as origens Serviço Social, no Brasil, na década de 1930 num

contexto de grandes transformações. Essas transformações econômicas e políticas do País foram impulsionadas com a Revolução de 30, possibilitando o “desenvolvimento” intenso no processo de “industrialização”, que aumentou a “concentração” da renda ampliando as “desigualdades sociais”, aumentando as tensões nas “relações de trabalho” e o agravamento da “questão social”. Num processo de “avanços e recuos” o Serviço Social acompanhou o movimento dinâmico da história, enfrentou muitos desafios, “institucionalizou-se no Brasil” e ocupou seu espaço na “divisão social e técnica do trabalho”, “próprio” de uma sociedade capitalista (BULLA, 2003, p.8).

Abramides (2017) apresenta, também, uma síntese histórica sobre a profissão do Serviço Social brasileiro, a partir do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979, quando houve a ruptura pública e coletiva com o conservadorismo. Nesse período, conforme a autora, os Assistentes Sociais passam a se “reconhecer” como trabalhadores, em sua condição de assalariados, inscritos na divisão sociotécnica do trabalho e definem a direção social da profissão voltada aos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

Finalmente, em dezembro de 2019, foi promulgada a Lei de nº 13.935 (BRASIL, 2019), que passou a vigorar no ano de 2020 determinando a contratação de Assistentes Sociais e psicólogos nas instituições de Educação Básica.

4 | CONTRIBUIÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

As propostas neoliberais de cortes nos investimentos para as políticas sociais vêm mobilizando a categoria para a luta em resistência a essa reestruturação do Estado. Assim, Moreira (2020) acredita que a inserção do Serviço Social na escola contribui na garantia dos direitos da criança e da família ao afirmar que “a inserção do Serviço Social na escola contribui para com ações que tornem a educação como uma prática de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos” (MOREIRA, 2020 p. 20).

Santos (2012) em seu estudo acredita que o Assistente Social na educação é o profissional “propulsor” para que haja essa “ebulição” no processo de democratização da escola na contramão do ideário neoliberal, “em que a participação, como categoria social, é o eixo fundamental para a construção de uma nova proposta no papel da escola, do ensino e da educação [...], na eficácia de uma educação transformadora” (SANTOS, 2012, p. 26). Segundo Martins (2013) “O Assistente Social, no exercício profissional, trabalha essencialmente nas relações sociais tendo como premissa a perspectiva da totalidade, realizando ações de cunho socioeducativo e de prestação de serviços sociais, nas várias instâncias das políticas sociais” (MARTINS, 2013 p. 5). Enquanto Souza (2010) acredita que o Assistente Social se faz “indispensável” no ambiente escolar, visto que este, através de suas competências e habilidades, e de um trabalho “interdisciplinar,” com outros

profissionais, podem enfrentar as expressões da questão social nas escolas, introduzida desde a dificuldade ao acesso a educação até aos problemas “sociais familiares” que são refletidos no processo educacional do estudante.

Para Oliveira (2010) “[...] o profissional de Serviço Social pode contribuir na construção da contra hegemonia enquanto intelectual orgânico da classe trabalhadora, no sentido de superar essa cultura de conformação e adaptação mantida pelo poder instituído” (OLIVEIRA, 2010, p.3) E Silva (2019) vai dizer que o Assistente Social tem a “capacidade e habilidade técnica” de contribuir no enfrentamento das expressões da questão social presentes na escola e “viabilizar” direitos na perspectiva do fortalecimento da cidadania.

Estudos vêm mostrando que o Assistente Social no campo educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de “diagnósticos sociais”, indicando possíveis alternativas à “problemática social” vivida por muitas crianças e suas famílias, o que refletirá na melhoria das suas condições para o acesso e permanência na escola.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos, é possível observar que a profissão vem acompanhando a evolução no seu tempo, se qualificando e desbravando novos caminhos na perspectiva do direito, da equidade e da transformação social, além da sua afirmação na divisão social e técnica do trabalho. No que se refere às contribuições dos Assistentes Sociais na efetivação do direito da criança e sua família na política de Educação Infantil, constata-se que os Assistentes Sociais foram se engajando nos movimentos sociais, na luta pelo direito de cidadania à criança, na ressignificação da creche, numa perspectiva de indissociabilidade entre o cuidar e o educar. E que a luta continuou, na defesa do direito de acesso e permanência da criança na escola pública de qualidade, intervindo junto aos órgãos competentes para a articulação da política de Educação Infantil com as demais políticas sociais garantidas pelo Estado.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora**: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. Serviço Social & Sociedade, nº 129, São Paulo mai./ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0366.pdf> acesso: Dez. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL, Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. **Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp. Acesso Set. 2018.

____. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de Nov. de 2009.** Trata da obrigatoriedade da matrícula dos 4 aos 17 anos de idade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm Acesso Set. 2018.

____. **Lei n. 9.394, de 20 de dez. de 1996 (LDBEN).** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso Set. 2018.

____. **Lei nº 9.424, de 24 de 24 de Dezembro de 1996.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental. em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm Acesso Jan. 2021.

____. **Lei nº 11.494 de 20 de Junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm Acesso Jan. 2021.

____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192 Acesso Abr. 2018.

____. **Lei nº 12.796, de 4 de Abril de 2013.** Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm Acesso Nov. 2021.

____. **Lei nº 13.005, de 25 de Jun. de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. em: <https://planipolis.iiep.unesco.org/en/2017/lei-n%C2%BA-13005-de-25-de-junho-de-2014-aprova-o-plano-nacional-de-educ%C3%A7%C3%A3o-pne-e-d%C3%A1-outras> Acesso Abr. 2016.

____. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a Profissão de Assistente Social e dá outras providências. em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm Acesso Mai. 2019.

____. **Lei de nº 8.069 de 13 de Julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso Out. 2018.

____. **Lei nº 13.935, de 11 de Dezembro de 2019.** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm Acesso Fev. 2020.

BULLA, Leonia Capaverde. **Relações sociais e questão social na trajetória do Serviço Social brasileiro.** Textos & Contextos. Porto Alegre: PPGSS/PUCRS, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional Serviço Social, 1993.** em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf Acesso Jun. 2019.

____. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política da Educação.** Brasília. CFESS, 2011-2014, p.17.

FLORES, Maria Luiza R.; SUSIN, M. O. K. **Expansão da Educação Infantil através de parceria público-privada**: algumas questões para o debate (quantidade *versus* qualidade no âmbito do direito à educação). In: PERONI, V. M. V. (Org.). **Redefinições das fronteiras entre público e o privado**: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013, p. 220-244.

IAMAMOTO, Marilda V. **Marxismo e Serviço Social: uma aproximação**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 18, n.2, p. 204-226, ago. a dez/2018.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Reflexões sobre o Trabalho do Assistente Social na Educação Básica (Educação Infantil e Fundamental)**. 14º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. São Paulo 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MERISSE, A. **Origens das instituições de atendimento à criança**: o caso das creches. In MERISSE, A et al. **Lugares da Infância**: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo. Arte e Ciência, 1997.

MOREIRA, Claudio Edmar. **Desafios e possibilidades da intervenção da/o Assistente Social em uma escola pública de educação básica** - Uberlândia – MG, 2020. em: <https://repositorio.uniube.br/handle/123456789/1226> Acesso Jan. 2021.

OLIVEIRA, Rosane Fratane de. **O Trabalho do Assistente Social na Educação Infantil no Município de Niterói**. ENPESS XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Rio de Janeiro 6 a 10 de Dezembro de 2010.

SANTOS, André Michel dos. **Reflexões acerca das contribuições do Assistente Social para o fortalecimento da Gestão Escolar**. In. Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades/ Organização de Glaucia Schneider e Maria do Carmo Hernandorena – Porto Alegre: CMC 2012. em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/LIVRO%20Serviço%20Social%20e%20Educacao.pdf> Acesso Abr. 2021.




SILVA, IVONE MARIA FERREIRA da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**: Fundamentos Sócio-Históricos. 1. Ed. Campinas: Editora Papel Social, 2019.

SOUZA, Franciele Santana de e CALASANS, Marlene Leite de. **Atuação do Assistente Social na Educação**. XII ENPESS Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Rio de Janeiro 6 a 10 de Dezembro de 2010.

A educação enquanto fenômeno social:

Aspectos pedagógicos
e socioculturais







-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

2

A educação enquanto fenômeno social:

Aspectos pedagógicos
e socioculturais



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

2